

RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO ITINERANTE DO CONSEC REALIZADA NA CIDADE DE ARAGUARI EM 25 DE ABRIL DE 2013

A 2ª reunião itinerante do CONSEC realizou-se em 25 de Abril de 2013 no auditório da Policlínica da cidade de Araguari. Logo na abertura dos trabalhos Manuela explica que o CONSEC está presente com o intuito primordial de ouvir as demandas locais e regionais e convida os componentes da mesa presidida pela Secretária Eliane Parreiras. São convidados também a Presidente da Fundação de Cultura de Araguari e o Secretário de Cultura de Uberlândia. Nilza explica à platéia qual o formato da reunião. Em seguida, Manuela faz breve exposição sobre o Programa Minas Território da Cultura. A Secretária Eliane Parreiras agradece a presença de todos e descreve a atual política pública cultural do ponto de vista do desenvolvimento econômico regional, que lastreia todos os programas de cultura do Estado, indicando as diversas ações, mecanismos, projetos e parcerias. Fala também sobre o fortalecimento da gestão do Sistema Estadual de Cultura e o descreve em seguida. Descreve a estrutura e funcionalidade do CONSEC e sobre a adesão ao Sistema Nacional de Cultura, bem como as concessões do Minc aos municípios mineiros em ter um conselho único de patrimônio e cultura. Informa sobre a cartilha que a SEC e o Minc irão divulgar, com o passo a passo para os municípios organizarem suas conferências de cultura. A seguir é passada a palavra aos conselheiros. Rubem se apresenta e se dispõe a receber e levar as demandas regionais ao CONSEC. Apresenta o Projeto Transitórios para compartilhamento e interação com grupos culturais do Triângulo. Makely assume a palavra e fala sobre cultura de forma mais ampla, cita a iminente implantação do Vale Cultura e questiona se a área estará preparada para atender uma nova demanda deste porte e acentua o interesse do CONSEC na interlocução com a classe local. Sula se apresenta e conclama a classe a se manifestar sobre a construção de políticas públicas culturais. Expõe a situação do setor circense, suas necessidades e dificuldades.

A Presidente da Fundação de Cultura de Araguari agradece a presença da Secretária e do CONSEC. O Secretário de Cultura de Uberlândia enaltece as ações da SEC no Triângulo e informa sobre a realização de 23 pré conferências, com 184 delegados mobilizando 1843 participantes. Informa que o Fórum Municipal de Uberlândia será desativado e solicita apoio para gestões para obter a cessão do mesmo ao município visando instalar uma nova Biblioteca e Casa de Cultura. Solicita apoio também para viabilizar a criação da premiação nacional “Lobo Guará de Ouro” de música para cinema, novelas e jogos eletrônicos.

Aberta a palavra ao público, Cláudio Henrique, da Apecult de Uberlândia fala sobre a dificuldade de acesso aos mecanismos de incentivo e solicita uma espécie de cota para o interior, em função da disparidade de utilização, se comparado com a capital. Mariluz Oliveira, de Araguari, fala sobre a música gospel, considerada parte da cultura e pergunta se o Estado tem uma posição a respeito. Tarcísio Mano Véio, de Uberlândia, questiona como ocupar o Palácio das Artes e que estas possibilidades

constem no Plano Estadual de Cultura e solicita apoio para circulação entre os interiores.

A Secretária Eliane Parreiras, respondendo a essas primeiras perguntas, informa que o foco é a descentralização, que o Fundo destina, obrigatoriamente, 86% dos recursos ao interior e que, no máximo, 50% destes recursos podem ir para a administração pública, até como uma compensação à concentração de projetos, via Lei, nos centros econômicos de maior porte. A modificação proposta para a Lei, visa contemplar que pequenas empresas tenham maior possibilidade de patrocinar projetos em seus locais de atuação, e que se está avaliando a possibilidade de modificar o Projeto de Lei, melhorando ainda mais a contra partida para o interior. Informa que o Estado está mobilizando empresas regionalmente através de um seminário de investimento cultural voltado para o esclarecimento dos pequenos empresários para a utilização dos mecanismos disponíveis, contando inclusive com o apoio direta da Secretaria da Fazenda. Aproveita para elogiar o Projeto Transitórios e que espera que o exemplo replique. Também esclarece que a lei sobre a música gospel indica que a mesma é passível de receber recursos, via renúncia fiscal. A Lei estadual não faz distinção de tipo de música, que a mesma pode participar desde que não tenha conotação de cerimônia religiosa, oração, catequização, pois estamos impedidos de incentivar movimentos religiosos. Com ralação ao Palácio das artes, explica sobre as altas taxas de ocupação e sobre a demanda muito grande para o grande teatro. Makely fala sobre a música gospel e contextualiza que qualquer música que seja relevante merece receber patrocínios. Fala também sobre a falta de diálogo e parcerias entre cidades e regiões, cita modelos que vem dando certo como cooperativas e diz acreditar em pequenos locais de apresentação. Sula diz que o poder público tem a missão de ampliar a oferta de locais destinados a atividades culturais e democratizar a sua utilização, mas que os artistas dos variados segmentos também devem trabalhar para a obtenção desta ampliação. Cita exemplo de um coletivo de bandas de BH que se organiza para se apresentar nos circos do estado, criando novos públicos.

Zulu, do Coletivo Cultural CULFA, de Araguari faz a denúncia de que, em um evento de congado em Ituiutaba, a PM espancou os participantes à propósito de nada e solicita que a SEC e o CONSEC formalizem comunicado à Academia de Polícia. Informa que fez a denúncia à Corregedoria e Comando da PM. Marcos Fernando Guari, do Conselho Municipal de Cultura de Araguari indaga da existência de programas/mecanismos para conscientização de micro empresários e questiona os mesmos não serem convidados para eventos como esse.

A Secretária indica a Ouvidoria Geral do Estado como o órgão que controla este tipo de denúncia, lamenta o ocorrido, afirma que não é a filosofia da instituição, disponibiliza a SEC como parceira na interlocução com outros órgãos, informa estar preparando um edital voltado para a cultura popular em formato de premiação e que o governo está encaminhando para tombamento a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de Congonhas do Norte.

Relata a dificuldade de mobilização dos pequenos e micro empresários, e para isto desenvolvemos parcerias c/ Fiemg, Fecomércio e Sebrae para fomentar as mobilizações através de reuniões regionais, os Seminários de Investimento Cultural, citando que em Juiz de Fora havia 30 empresas presentes, que uma cartilha detalhada que inclui o mecanismo da dívida ativa e desenvolvendo parcerias com Associações Comerciais regionais.

Rubem convida os presentes para o Seminário de Economia da Cultura, em Uberlândia, cujo principal ponto deverá ser o estabelecimento de estratégias para captação de recursos. Makely também lamenta o ocorrido em Ituiutaba e diz que as entidades ligadas à cultura popular devem denunciar, acionar a imprensa. Também afirma que considera falido o modelo atual de lei de incentivo.

Nilza informa a Zulu que irá proceder aos encaminhamentos da denúncia e dar retorno.

Um participante indaga se há verba para criação de bandas de música.

Wilson, do Conselho Municipal de Cultura de Uberlândia tece elogios à SEC Pela circulação, a descentralização, o Fórum Permanente e o regime diferenciado para os projetos do interior, descritos pela Secretária.

Robson Albuquerque, de Uberlândia, fala sobre a Lei de incentivos e ressalta a imensa dificuldade de captação. Também defende a aglutinação dos grupos da cultura e indaga se o futuro Fundo dos Royalties do Minério poderá ser um mecanismo de apoio à cultura.

Secretária faz esclarecimentos sobre criação de bandas, que poderá usar O Fundo Estadual ou solicitar emendas parlamentares e que não contempla bandas militares.

Fala sobre os programas de interiorização e seus objetivo, ressalta a importância do associativismo entre os municípios, defende a diversidade de mecanismos de fomento, cita nº de projetos no Triângulo que conseguiram captar recursos, esclarece sobre a tramitação da nova Lei e informa que a questão dos royalties é uma legislação federal.

Luciano, do Conselho Municipal, e que atua no segmento de Audiovisual destaca o despreparo da classe para se manter no mercado (administração, marketing, etc.) e pergunta qual é a visão as SEC sobre isto.

Leonardo Daher de Melo questiona a política pública de distribuição de livros para bibliotecas públicas pois não obteve sucesso nas tentativas e pergunta sobre treinamento de arquivistas.

Secretária diz que gestão de carreira e formação do artista, é questão importante e preocupa. Parceria em desenvolvimento com o Sebrae discute inclusão desta formação. Incentiva a formação dos coletivos como troca de informações e complementam as formações. Cita o Criativa Bureau e explica os objetivos. Quanto às bibliotecas, esclarece que há programa de distribuição de livros da SEC, através da Superintendência de Bilbliotecas. Cita ainda os cursos de arquivistas e assessoria técnica para bibliotecas.

Gabriela, da Associação Cultura Minas, sugere trabalhos de grupo nas reuniões itinerantes e que o CONSEC possa pensar em como apoiar os pequenos municípios a terem políticas públicas. Não havendo mais demandas por parte dos presentes, a Secretária Eliane Parreiras encerrou os trabalhos, mais uma vez agradecendo a presença de todos, e eu, Raul Abu-Jamra Costa, em nome do CONSEC, produzi o presente relatório para conhecimento de todos.